

**UNIÃO
DO POVO**

MUDA BRASIL

**Diretrizes do
Programa de
Governo**



UNIÃO DO POVO – MUDA BRASIL

Diretrizes do Programa de Governo

LULA
Presidente

BRIZOLA
Vice

UM BRASIL PARA
OS BRASILEIROS

Só a união do povo e uma nova maioria podem formar um governo capaz de tirar o país da crise e prepará-lo para o século XXI.

A UNIÃO FEZ A FORÇA

Pela primeira vez em nossa história as esquerdas se uniram para disputar a presidência da República.

A União do Povo - Muda Brasil é uma efetiva opção de poder.

Seu Programa aponta para uma mudança profunda da economia, da sociedade e da política

brasileiras em proveito das grandes majorias, em especial dos trabalhadores.

A união das esquerdas se amplia conquistando importantes setores comprometidos com o progresso, a soberania nacional, a democracia e a ética na política.

Ela expressa o sentimento de todos aqueles que condenam o atual estado de coisas e que querem superar os problemas que afligem nosso país há séculos, sumamente agravados pelo governo FHC.

Os brasileiros dão-se conta de que o mundo está mudando. Soluções conservadoras copiadas por nossas elites são repudiadas por eleitores de muitos países que nas urnas derrotam governos insensíveis aos grandes problemas sociais.

Chegou a vez de os brasileiros fazerem escutar sua voz e afirmar uma proposta alternativa.

Essa proposta é representada pela União do Povo - Muda Brasil, integrada pelos partidos populares e por todas as forças comprometidas em reconstruir a Nação.

A vitória das oposições, no entanto, depende da capacidade de mobilização de milhões de homens e mulheres.

E preciso ganhar as eleições para mudar o país.
Mas é preciso mobilizar o povo para ganhar as eleições.
A união é nossa força.

A HERANÇA DE FHC

O POVO ESTÁ INQUIETO, INTRANQUÍLO E INSEGURO

Os jovens não encontram trabalho, os desempregados não retornam ao mercado formal e a maioria dos brasileiros teme por seus empregos. Salários, aposentadorias e pensões são congelados ou reduzidos.

O sistema de saúde está em crise, enquanto crescem as endemias.

O povo não pode enviar seus filhos para escolas de qualidade. Grande parte da juventude é obrigada a pagar seus estudos.

Aumenta a violência nas ruas com a crise social.

Micro, pequenas e médias empresas fecham suas portas.

Nossos irmãos nordestinos sofrem as conseqüências de uma seca anunciada, sem que o governo tenha adotado qualquer providência, a não ser reunir secretários de segurança para reprimir saques, transformando um grave problema social em "questão de polícia". Antes, parte da Amazônia ardeu em chamas diante do olhar indiferente do governo.

O PAÍS SOFRE COM A ARROGÂNCIA, O AUTORITARISMO E A IRRESPONSABILIDADE DE FHC

Um presidente arrogante - que não hesita em chamar milhões de brasileiros de "vagabundos" - dirige um governo sem preocupações sociais, mais ocupado com sua imagem internacional do que com o sofrimento do povo.

O governo ofendeu o Congresso Nacional, com sucessivas compras de votos.
Denúncias de corrupção têm sua investigação bloqueada pela maioria governista.

FHC abusa das Medidas

Provisórias, superando o regime militar no uso dos Decretos-lei.

Agora, insufla campanha de terror econômico, transformando o "caos" por ele próprio provocado em responsabilidade das oposições. Busca com isso, e com uma campanha milionária de TV, impedir o voto nos candidatos populares.

Os servidores públicos foram humilhados e submetidos a um arrocho salarial de mais de três anos.

As privatizações torraram o patrimônio do povo brasileiro e para efetivá-las o governo não hesita em usar recursos públicos, que deveriam ser destinados para o aumento da produção e a geração de empregos.

A política econômica do governo FHC está baseada na valorização artificial da moeda, na abertura irresponsável da economia, na manutenção de altos juros e nas privatizações.

A estabilização obtida assentou-se sobre pés-de-barro.

A NAÇÃO VIVE CRESCENTE DEPENDÊNCIA EXTERNA, INSTABILIDADE E CRISE

Comprometeu a estabilidade social do país. Ficamos cada vez mais dependentes e ameaçados pelos especuladores internacionais. Vivemos sobressaltados com os movimentos das bolsas de valores pelo mundo afora e com a instabilidade financeira.

O governo federal desestruturou e desnacionalizou nossa indústria e nossa agricultura, provocando desemprego e exclusão social.

As elites rejeitam um projeto nacional de desenvolvimento e se recusam a adotar políticas agrícola, industrial e de ciência e tecnologia. Com isso, o Estado perde instrumentos estratégicos de defesa dos interesses nacionais.

O governo das forças populares reverterá essa situação, levando em conta a evolução do quadro internacional e a herança do governo FHC.

A estabilidade da moeda - por todos desejada - pode ser conseguida sem desemprego e insegurança social.

Graves distorções ameaçam o país:

- a dívida externa atingirá em 1998 US\$ 220 bilhões;
- a dívida interna mobiliária ultrapassará os US\$300 bilhões, o que equivale a quase metade da riqueza criada pelo país neste ano;
- o Governo gastou R\$ 46 bilhões apenas com o pagamento de juros da dívida, em 1997. O investimento e os gastos sociais são sacrificados em benefício dos especuladores;
- o crescimento da economia tem sido medíocre e este ano ficará abaixo dos 2%;

- a balança comercial, que apresentava em 1994 um superávit de US\$10,4 bilhões, teve em 1997 um déficit de US\$ 8,4 bilhões, o que explica em parte o saldo negativo de US\$ 33,4 bilhões de nossas contas externas no mesmo ano;

- falências ou concordatas fecharam milhares de empresas, especialmente micro, pequenas e médias;

- liquidaram-se culturas tradicionais como as do cacau e do algodão. Caiu o cultivo de feijão, arroz e trigo, produtos da cesta básica. O país importa até arroz, feijão e...côco.

Como consequência dessa política cresceu o desemprego e aumentou a precariedade das relações de trabalho. Na região metropolitana de São Paulo o desemprego alcança 19% da força de trabalho. Para cada trabalhador com carteira assinada há mais de um sem carteira e sem proteção social.

Essa política foi e é aplicada por tecnocratas arrogantes e autoritários, muitos deles sobreviventes do regime militar ou da aventura colidida.

O novo governo construirá o novo Brasil.

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO COM ESTABILIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O Brasil pode e deve ter um caminho próprio.

Novas prioridades substituirão as atuais.

A dimensão humana e social e a defesa do meio ambiente são inseparáveis de um verdadeiro desenvolvimento.

Um novo projeto de desenvolvimento:

- fortalecerá a autonomia nacional, tendo por objetivo a defesa da produção e do emprego;

- fará da educação dos brasileiros prioridade nacional ;

- assegurará aos cidadãos uma saúde digna;

- defenderá e renovará a produção industrial e agrícola ;

- apoiará a criação e o desenvolvimento de micros e pequenas empresas;

- ampliará a competitividade e incrementará a pesquisa científica e tecnológica;

- estimulará as exportações, sobretudo de produtos industrializados, e restringirá as importações predatórias;
- redefinirá o sistema financeiro, garantindo crédito com juros acessíveis;
- dirigirá a política de crédito das agências públicas de financiamento – notadamente BNDES, BNB, BB e CEF - para o fortalecimento da economia e o desenvolvimento social;
- promoverá formação de Bancos do Povo.
- desenvolverá programas de habitação popular, saneamento e transporte urbano;
- reformará os sistemas tributário e previdenciário;
- favorecerá negociações transparentes com trabalhadores e;
- aumentará a participação dos salários na renda nacional por meio da elevação dos salários mais baixos.

O novo governo conduzirá com mão segura a transição para uma nova organização da economia, na qual a estabilidade & moeda será realizada com crescimento e distribuição de renda.

ENFRENTAR COM URGÊNCIA A CRISE SOCIAL

O novo governo enfrentará com urgência a crise social, sinalizando claramente para o país e o mundo quais serão as novas prioridades:

- concentrará os recursos necessários para o enfrentamento imediato de quatro problemas emergenciais:

1. combate ao desemprego;
2. recuperação dos salários mais baixos;
3. adoção de programas de renda mínima;
4. enfrentamento do grave problema da fome e
5. combate à violência urbana.

. começará efetiva reforma agrária ;

. adotará medidas urgentes de política agrícola que permitam no curto prazo um crescimento da oferta de alimentos essenciais para a cesta básica.

MUDAR O DIA-A-DIA DOS BRASILEIROS

As mudanças que queremos e faremos vão melhorar o dia-a-dia dos homens e mulheres deste país.

Para milhões de brasileiros os grandes temas macroeconômicos são abstrações que escondem justificativas de políticos e tecnocratas para manter a desigualdade e a opressão.

O cotidiano dos brasileiros é marcado pelo desemprego e os baixos salários, a falta de escolas, as filas dos hospitais, as habitações precárias, o transporte demorado, caro, sem segurança e conforto.

O dia-a-dia de cada um começará a mudar já no início do novo governo.

O novo governo se empenhará na humanização das condições de vida nas grandes e médias cidades, cenários do drama cotidiano dos brasileiros.

O novo governo articulará o combate à violência e ao crime organizado.

Serão combatidas a corrupção e a impunidade, que agredem material e moralmente milhões de brasileiros e que acabam por minar sua confiança na democracia. Os cidadãos têm direito de viverem uma sociedade decente, na qual impere a ética, como um valor republicano, e onde ninguém possa colocar-se acima da lei.

O dia-a-dia da vida do povo brasileiro será substancialmente alterado. As pessoas encontrarão instrumentos para libertar-se do sentimento de impotência e fatalismo e para romper com todas as formas de opressão. O novo governo procura vestir a todos com o manto da cidadania para promover respeito à dignidade do ser humano, em especial no local de trabalho.

Nossa meta é acabar com o apartheid social que mantêm fora da produção, do consumo e da cidadania milhões de brasileiros.

O novo governo fortalecerá a participação dos cidadãos o controle do Estado pela sociedade.

Queremos um Brasil para as imensas maiorias.

Um Brasil para os brasileiros.

Os grandes compromissos programáticos

1. Mais e melhores empregos

Para absorver 1,5 milhão de brasileiros que ingressam anualmente no mercado de trabalho é necessário crescer um mínimo de 6% ao ano. Crescer só não basta, por isso o novo governo:

- proporá redução da jornada de trabalho para 40 horas e promoverá negociações coletivas para diminuí-la ainda mais;
- desestimulará o uso de horas-extras;
- assentará 1 milhão de famílias, criando 3 milhões de empregos;
- criará programas emergenciais para jovens ("primeiro emprego") em serviços à comunidade;
- dará crédito público e apoio técnico para a criação de Bancos do Povo e para cooperativas, micros, pequenas e médias empresas;
- criará, emergencialmente, frentes de trabalho para incorporar mão-de-obra sem qualificação;
- articulará políticas de apoio aos desempregados (reformulando o seguro-desemprego), intermediação de mão-de-obra, formação e treinamento.
- proibirá efetivamente o trabalho infantil.

2. Melhor distribuição de renda

- recuperará substancialmente o poder aquisitivo do salário mínimo com o compromisso de, pelo menos, dobrar seu valor real;
- criará 4 milhões de Bolsas-Escola, assegurando às famílias de baixa renda enviar ou manter seus filhos na escola;
- implantará progressivamente o Programa de Renda Mínima para os brasileiros de baixa-renda não contemplados em outros programas;
- fará reforma tributária: quem ganha mais pagará mais impostos. Tributação das grandes fortunas, grandes heranças e da grande propriedade rural improdutiva.

3. Nenhuma criança fora da escola

- nenhuma criança fora da escola;
- implantação progressiva da escola de tempo integral;
- bolsa-escola para filhos de famílias pobres;
- mutirão, com participação da sociedade, para acabar com o analfabetismo adulto;
- ampliação de cursos noturnos nas universidades públicas;
- programas especiais para ampliar o ingresso de estudantes carentes nas universidades públicas;
- garantirá o crédito-educativo para estudantes carentes; assegurará a efetiva autonomia universitária, com recursos para a pesquisa e docência e mecanismos sociais de avaliação;
- expansão e fortalecimento da rede de ensino profissionalizante.

4. Saúde

- assegurar a destinação contínua de recursos à saúde para atingir R\$250,00 anuais por habitante, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde;
- implantar efetivamente o SUS (Sistema Único de Saúde) com descentralização, eficiência, qualidade, sem fraudes e com valorização dos servidores;
- adoção do médico de família, em parceria com estados e municípios, para colocar a saúde perto de casa;
- combater as endemias;
- promover ações atendimento integral à mulher e aos trabalhadores.

5. Programa de combate à fome

Para assegurar aos brasileiros o pleno acesso aos alimentos básicos, o novo governo:

- manterá estoques reguladores de alimentos básicos, de cerca de 15% da demanda corrente, especialmente de feijão e arroz;
- comprará esses produtos preferencialmente de produtores familiares;
- garantirá preços para os produtos da cesta básica ;

- implantará um Programa Emergencial de Combate à Fome, para responder à situação calamitosa da produção agrícola e da fome que atinge milhões de brasileiros.

6. Reforma agrária e política agrícola

- assentamento de 1 milhão de famílias. A reforma agrária e a política agrícola serão regionalizadas;

- estímulo à elevação da produção e da produtividade de 4 milhões de propriedades familiares, com crédito favorecido, garantia de preços, seguro e apoio tecnológico;

- programas de irrigação especialmente voltados para as pequenas e médias propriedades;

- estímulo à criação de cooperativas e de 100 mil pequenas e médias agro-indústrias;

- combate às importações predatórias de produtos agrícolas;

- combate à violência no campo e fim da impunidade;

- demarcação imediata das terras indígenas e solução negociada dos conflitos pendentes.

7. Habitação, urbanização, saneamento e transporte

O novo governo formulará um Plano Nacional de Política Urbana (PLANUR), com base em propostas desenvolvidas por centrais sindicais, universidades, movimentos sociais, empresários e executivos municipais e estaduais.

- O PLANUR dará prioridades para uma reforma financeira e fundiária de modo a viabilizar a produção de moradia para a população de baixa renda;

- O PLANUR fixará como meta na área de saneamento a universalização do serviço de água para a população;

- a política urbana será integrada às políticas ambiental, de saúde, econômica (geração de renda), social, educacional (bolsa - escola), visando a inclusão social, principalmente, nas regiões de concentração de miséria e violência.

- cesta-básica de materiais de construção para famílias de baixa renda;

- participação do governo federal, através de suas agências de financiamento, na melhoria do transporte coletivo de massas.

8. Direito ao direito

- proteção ativa aos direitos humanos para os que estão excluídos - em função da fome e do desemprego - da cidadania e para outros segmentos duramente atingidos por sua violação: negros, mulheres, jovens, índios.
- reforma e democratização do Judiciário: justiça ágil, acessível aos pobres e excluídos, capaz de punir os crimes de colarinho-branco;
- apoio à criação de tribunais de pequenas causas, da justiça agrária itinerante e à reformulação da Justiça do Trabalho, como instrumento de proteção dos trabalhadores;
- gestão social das empresas públicas, com a participação de trabalhadores, usuários e organismos da sociedade civil;
- combate à corrupção, ao crime organizado e à violência;
- os meios de comunicação devem ser instrumentos de educação, difusão da cultura, valorização do ser humano e a serviço da paz social e da vida civil solidária. Estabelecer conselhos sociais de acompanhamento.

9. Reforma agrária, descentralização e controle social do Estado

- reforma política visando a restauração da democracia representativa, a proteção do voto e da soberania popular, combatendo a intervenção das máquinas administrativas públicas, do poder econômico e dos monopólios da informação no processo eleitoral e na vida parlamentar;
- a reforma política e tributária fará do município sede da cidadania, assegurando um desenvolvimento econômico e social equilibrado. A recuperação da federação promoverá a distribuição do poder e participação popular;
- adotar o orçamento participativo em nível federal e apoio a essa iniciativa nos níveis estadual e municipal, o que permitirá ampliar o controle social do Estado;
- a criação de um organismo central para o Desenvolvimento Municipal, que terá a função de planejar e promover as unidades administrativas, realizar políticas de desenvolvimento, racionalizar os recursos e dar apoio aos municípios, integrando as agências que hoje atuam desordenadamente.

10. Cultura

- a cultura será um direito da cidadania;
- a política cultural do novo governo respeitará a diversidade e o pluralismo, estará aberta às manifestações culturais do mundo, valorizará e protegerá a cultura

nacional e o patrimônio histórico e ambiental. Apoiará fortemente a produção e socialização dos bens culturais nacionais;

- o orçamento do Ministério da Cultura dobrará; a produção cultural brasileira não pode ficar na dependência dos critérios das empresas beneficiadas por renúncia fiscal;

- o Itamaraty será instrumento de difusão da cultura brasileira no exterior e de intercâmbio cultural;

- a sociedade e os produtores culturais contribuirão para a formulação da política cultural do novo governo.

11. Meio ambiente

- a preservação do meio ambiente e a busca do desenvolvimento sustentado serão princípios do novo governo e estarão presentes no planejamento e na execução de todas suas iniciativas, especialmente nas políticas de infra-estrutura, industrial, agrícola, de ciência e tecnologia;

- trabalho permanente de conservação de espécies e ecossistemas;

- política florestal de conservação, reposição e uso múltiplo;

- fortalecimento das funções reguladoras, da fiscalização, do controle e da aplicação da legislação ambiental;

- programa nacional de educação ambiental.

12. Presença soberana no mundo

A política externa, fundada nos princípios da autodeterminação, expressará nosso desejo de convivência pacífica com todos os povos. Mas o Brasil atuará com decisão visando alterar as relações desiguais e injustas que se estabeleceram internacionalmente'

Lutaremos por mudanças profundas nos organismos políticos e econômicos mundiais, sobretudo a ONU, o FMI e a OMC, combatendo o Acordo Multilateral de Investimentos, atentatório à soberania nacional.

Fortaleceremos nossas relações com os países do Sul, em especial com os da América Latina, da África meridional e aos de expressão portuguesa.

Defenderemos uma ampliação e reforma do Mercosul que reforce sua capacidade de implementar políticas ativas comuns de desenvolvimento e de solução dos graves

problemas sociais da região. O Legislativo e a sociedade devem exercer maior controle sobre a política externa e os processos de integração regional.